



CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL – COPAM
UNIDADE REGIONAL COLEGIADA TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO
PARANAÍBA

ATA NA ÍNTEGRA DA 125ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Local: Sede Regional SISEMA – Praça Tubal Vilela, nº 03, Centro – Uberlândia/MG

Data: 19 de fevereiro de 2016 às 09h00min

Aos 19 (dezenove) dias do mês de fevereiro do ano de 2016 (dois mil e dezesseis), realizou-se na Sede Regional do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SISEMA), situada na Praça Tubal Vilela, número 03 (três), Bairro Centro, município de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, a 125ª (centésima vigésima quinta) Reunião Ordinária (RO) do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), Unidade Regional Colegiada (URC), Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (TMAP). Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: Ricardo Rodrigues de Carvalho, 1º (primeiro) Suplente da Presidência; Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Noroeste de Minas; Sr. José Roberto Silva, 2º (segundo) Suplente da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA); Sr. Guilherme Augusto Duarte de Faria, 2º Suplente da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (SEDE); Sr. Eustáquio Sidney Milanez Júnior, 1º Suplente da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional e Política Urbana (SEDRU); Sra. (senhora) Carla Vieira Alvarenga, 2ª (segunda) Suplente da Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas (SETOP); Sr. 2º Tenente Patrício Renato Ferreira, 1º (primeiro) Suplente da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Sr. Carlos Alberto Valera, Titular da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ); Sr. Hélio Francisco Queiroz, 1º Suplente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA); Sr. José Antônio Leandro, 1º Suplente da Prefeitura do Município Sede da Unidade Regional Colegiada – Uberlândia, Secretaria Municipal de Meio Ambiente; Sra. Dora Marques Peres Drummond, Titular do Comitê de Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba – PN3; Sr. Thiago Alves do Nascimento, 1º Suplente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG); Sr. João Henrique Vieira da Silva de Paula Lopes, 2º Suplente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (FAEMG); Sr. Gervânio Luiz Pereira, 2º Suplente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG); Sr. Marcio Adriano Bochio, 1º Suplente da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais (FEDERAMINAS); Sr. Fernando Ruas Machado, Titular da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES/MG); Sr. Rodrigo Borges de Melo, Titular do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (CREA/MG); Sr. Antônio Geraldo de Oliveira, Titular da ONG Associação Cerrado Vivo para Conservação da Biodiversidade (CERVIVO); Sr. Rodrigo de Castro Amedee Peret, Titular da ONG Ambiente e Educação Interativa (AMEDI); Sr. Ítalo Adolfo Terra, 2º Suplente da ONG Instituto Academia de Desenvolvimento Social (DEGRAF) e Sr. Alexander Martins Silveira Gimenez, Titular do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/ARAXÁ). RICARDO (PRESIDENTE): Bom dia a todos, vamos dar início então à nossa reunião. Declaro aberta a reunião para discussão da Pauta da 125ª (centésima vigésima quinta) Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, do Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), na data do dia 19 de fevereiro de 2016, às 09 horas na sede Regional do SISEMA, Praça Tubal Vilela, número 03 (três), Centro, Uberlândia. Convido a todos para a Execução do Hino Nacional Brasileiro. **1. Execução do Hino Nacional Brasileiro. 2. Abertura pelo Secretário de**



Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em exercício, Dr. Nalton Sebastião Moreira da Cruz. Dando sequência à reunião, vamos passar ao Item 3. **Comunicado dos Conselheiros e Assuntos Gerais.** A palavra está aberta. CARLOS VALERA (PGJ): Bom dia a todos e a todas. Eu queria, Sr. Presidente, para que os servidores da SUPRAM pudessem se manifestar e fazer a leitura de uma Manifestação. **“MANIFESTO DOS SERVIDORES DO SISTEMA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DE MINAS GERAIS – UNIDADE REGIONAL INTEGRADA DO TRIÂNGULO MINEIRO E ALTO PARANAÍBA.** Reconhecendo o momento político e econômico que tange o país, e vivenciando o desinteresse com que nossas demandas foram abordadas pelas últimas gestões, a Regional Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba se posiciona da seguinte forma: - Os atrasos e parcelamentos de salário, advindos de uma má gestão política e econômica, geraram inúmeros transtornos a nós servidores, que além de não sermos responsáveis diretos pelo horizonte de crise que se apresenta, ainda integramos uma das Secretarias que mais contribui para a arrecadação do estado. Arrecadação essa que é incorporada ao tesouro estadual e não retorna em forma de investimentos ao setor. - O ambiente de insegurança proporcionado por essa alteração na percepção salarial expõe outro fato lastimável: a defasagem no salário base do servidor público de Minas Gerais. O nosso Estado, que em 2015 obteve a terceira maior arrecadação do país, está entre os que menos investem na remuneração e estruturação do serviço público ambiental. Mesmo se comparado aos servidores de Meio Ambiente de Entidades da Federação com arrecadação 65% menor, como o estado da Bahia, o servidor de Minas Gerais recebe, para os mesmos tipos de carreira, remuneração muito inferior: chegando a receber 60% menos do que no referido Estado. Se confrontado com o piso salarial de grande parte dos profissionais que exercem análise técnica e jurídica no SISEMA, o salário base atual do servidor de Minas Gerais corresponde a menos da metade do piso remuneratório estabelecido por lei, das profissões de Engenheiro e Advogado. Além disso, estima-se que o avanço da inflação entre outubro de 2013 e janeiro de 2016, conforme índice INPC, tenha reduzido 29,2% do nosso poder de compra. - Há uma imensa disparidade entre a realidade ideal exigida pelas legislações ambientais e a capacidade de aplicação dessas condicionantes por parte do sistema público. Isso porque as condições de estrutura física e contingente humano, sobretudo nas agências e núcleos do interior do estado, são precariamente insuficientes e tendem a sobrecarregar os poucos servidores que às atendem. Em diversos locais, faltam desde instrumentos básicos de trabalho, como computadores, veículos, ventiladores e diárias para serviços de campo; até servidores especializados em atividades essenciais, como veterinários, geólogos, engenheiros de pesca, engenheiros de minas e profissionais de Tecnologia da Informação, além de prestadores dos serviços indispensáveis de limpeza e secretariado. Todos esses fatores são responsáveis pelas deficiências no atendimento ao cidadão, que não consegue orientação apropriada, arca com grandes prejuízos e atrasos na adequação de suas atividades e lida com filas intermináveis e acompanhamento escasso. Do outro lado do guichê temos servidores mal remunerados e sobrecarregados, tendo que improvisar maneiras de não prejudicar o contribuinte e ao mesmo tempo cumprir a legislação. Assim sendo, a Unidade Regional Integrada do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba considera prioritária a adequação do nosso salário base, na forma da incorporação da gratificação GEDAMA. Entendemos o viés da crise e, apesar de julgar procedente a reivindicação por reajuste salarial, estamos nos mobilizando apenas por um salário base justo e seguro. A incorporação da GEDAMA é uma matéria de interesse da totalidade dos servidores, tanto para os que possuem menos de cinco anos de contribuição previdenciária, quanto para os servidores que desejam aposentar sem as enormes perdas em seus proventos. Antes de sermos servidores, somos profissionais de meio ambiente. Nos graduamos nessa área porque temos identificação



com a matéria e queremos exercer nosso ofício de forma a satisfazer essa vocação. Queremos que o Estado nos dê condições de realizar essa tarefa. Em 2015, nosso Estado protagonizou um dos maiores desastres socioambientais da história do país, o rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Samarco. Ainda estão sendo apuradas as responsabilidades pelo ocorrido, mas quem é servidor público de meio ambiente em Minas Gerais sabe bem que o controle real e efetivo das atividades poluidoras é, em muitos níveis, deficitário. Queremos probidade na gestão das nossas demandas, queremos transparência no diálogo e objetividade no atendimento dessas pautas. Acordos atemporais estão a serviço da procrastinação e do descaso. Se há planejamento e gestão neste estado, queremos retorno, queremos prazos. Queremos um horizonte de melhora. Assinam o presente documento: Superintendência Regional de Regularização Ambiental do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Escritório Regional IEF Triângulo Mineiro e agências avançadas. - Escritório Regional IEF Alto Paranaíba e agências avançadas. Núcleo de Fiscalização do Triângulo Mineiro. Núcleo de Fiscalização do Alto Paranaíba. Núcleo de Cadastro e Registro do Triângulo Mineiro. Núcleo de Cadastro e Registro do Alto Paranaíba. Núcleo Regional de Regularização Ambiental de Araxá. Núcleo Regional de Regularização Ambiental de Frutal. Núcleo Regional de Regularização Ambiental de Ituiutaba. Núcleo Regional de Regularização Ambiental de Iturama. Núcleo Regional de Regularização Ambiental de Patos de Minas. Núcleo Regional de Regularização Ambiental de Patrocínio. Núcleo Regional de Regularização Ambiental de Uberaba. Núcleo Regional de Regularização Ambiental de Uberlândia. RICARDO (PRESIDENTE): Pois não, mais alguém quer fazer uso da palavra? ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Eu quero aqui ser solidário a todos os funcionários e já desde 2013 a gente vem sendo solidários com todos os funcionários da área de Meio Ambiente do nosso Estado. Nós, como representantes da Sociedade Civil, quero deixar aqui o nosso protesto, a gente já vinha falando isso, que além de ser mal remunerada essa Secretaria tão importante no Estado, e da responsabilidade que tem que ter com a área. Quero deixar aqui no nosso protesto, da Sociedade Civil. Veja bem, o empreendedor paga hoje para uma Classe 3, acima de 15 mil reais para análise, isso a pessoa recolhe isso para análise de processo, porque esse dinheiro não vem para quem está analisando esses processos? Então, eu acho que o Estado está falhando nessa área. Se é para analisar processo, então que remunere bem, que pague bem seus funcionários. E não é só essa área de Meio Ambiente que está na área das SURPAM's, que está dessa, os Comitês de Bacias estão aí com pilhas na mão não é de hoje e com o recurso de 7,5 do FIDO. Então, eu quero deixar aqui o protesto, tem piorado muito, inclusive falei sobre sensibilizar a Legislação ambiental também, não é só isso questão de vencimento de salários dos funcionários. Nós, da Sociedade Civil, queremos deixar aqui o nosso protesto com relação a isso. FREI RODRIGO (AMEDI): Também como representante da Sociedade Civil, quero fazer minhas as palavras do Conselheiro Antônio Geraldo e eu acho que é muito importante nesse momento refletir o aspecto do sucateamento da máquina do Estado em relação a questões que são muito importantes para a Sociedade e para Natureza como um todo. Acredito que os servidores do SISEMA eles cumprem um papel muito importante que é ligado ao desenvolvimento e às questões das pessoas e das sociedades e também dos empreendimentos que geram e melhoram a vida das pessoas. Existe uma necessidade muito grande de que esses funcionários, que esses servidores eles possam realmente serem gestores junto com a Sociedade Civil, com as Sociedades diversas para o bem comum e para isso é necessária a tranquilidade e a tranquilidade passa através dos salários. Queria reforçar novamente toda essa questão de flexibilização que vem acontecendo no Estado, na Legislação Ambiental, no Processo de Licenciamento, que de fato torna cada vez mais para nós um desafio muito grande, na medida em que isso vai significar impactos e prejuízos muito grandes para o Meio Ambiente e para a Sociedade. Então, eu queria dirigir a



palavra aos companheiros servidores para que eles continuem na luta e contem conosco, com
nosso apoio. GERVÂNIO (FETAEMG): A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do
Estado de Minas Gerais vem somar com vocês, sabe do trabalho de vocês no dia a dia e
parcelamento salarial jamais. Isso é prioridade, o salário é prioridade do trabalhador. A gente
vem somar ai com vocês. RICARDO (PRESIDENTE): Mais alguém fazer uso da palavra?
Bom, então vamos ao Item **4. Exame das Atas da 123ª RO de 13/12/2015 e da 124ª RE de
21/12/2015**. Aos que concordam com a aprovação da Ata permaneçam como estão. Ata
aprovada. CARLOS VALERA (PGJ): Eu vou votar favorável à aprovação da 123ª e vou me
abster com relação à 124ª, porque eu não estava presente. RICARDO (PRESIDENTE):
Obrigado Dr. Carlos. Registrando então a abstenção da Procuradoria Geral da Justiça da 124ª
Reunião Extraordinária ocorrida no dia 21/11. SIDNEY (SEDRU): Abstenção, porque eu
também não estava presente. RICARDO (PRESIDENTE): Com as abstenções então
colocadas. Aprovada as Atas da 123ª e 124ª Reuniões ocorridas no ano passado. Vamos então
ao Item **5. Processo Administrativo para exame de Adendo à Revalidação da Licença de
Operação: 5.1 Vale Fertilizantes S.A. - Exploração e beneficiamento de minério de fosfato -
Tapira/MG - PA/Nº 00001/1988/013/2007 DNPM 930.785/1988 - Classe 6. Apresentação:
Supram TMAP. RETORNO DE VISTAS pelos Conselheiros Márcio Adriano Bocchio
representante da FEDERAMINAS e Antônio Geraldo de Oliveira representante da
CERVIVO. Item 6. Processos Administrativos para exame da Licença Prévia
concomitante com a Licença de Instalação: 6.1 Distribuidora Montepetro de Petróleo Ltda.
- Base de armazenamento e distribuição de lubrificantes, combustíveis líquidos derivados de
petróleo, álcool combustível e outros combustíveis automotivos - Uberlândia/MG - PA/Nº
22862/2015/001/2015 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. Item 6.2 Vitalmar Pereira da
Cunha / Fazenda Barro Preto - Horticultura (floricultura, cultivo de hortaliças, legumes e
especiarias horticulturas) - Nova Ponte/MG - PA/Nº 12181/2010/002/2015 - Classe 3.
Apresentação: Supram TMAP. Item 7. Processo Administrativo para exame da Licença de
Instalação: 7.1 Limpebras Resíduos Industriais Ltda. - Aterro para resíduos não perigosos -
classe II, de origem industrial - Uberlândia/MG - PA/Nº 23025/2011/004/2014 - Classe 6.
Apresentação: Supram TMAP. CARLOS VALERA (PGJ): Destaque. RICARDO
(PRESIDENTE): Item **8. Processo Administrativo para exame da Licença de Instalação
Corretiva: 8.1 L.D. Administração Transportes e Resfriamentos de Leite Ltda. -
Resfriamento e distribuição de leite em instalações industriais - Pratinha/MG - PA/Nº
02273/2002/004/2014 - Classe 4. Apresentação: Supram TMAP. Nesse item já tem um pedido
de destaque da SUPRAM. Item 9. Processos Administrativos para exame da Licença de
Operação: 9.1 Posto Cerradão Ltda. - Postos revendedores, postos de abastecimento,
instalações de sistemas retalistas e postos flutuantes de combustíveis - Araguari/MG - PA/Nº
02502/2002/004/2013 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. 9.2 Laticínios União Total
Ltda. - Resfriamento e distribuição de leite em instalações industriais - Ibiá/MG - PA/Nº
05749/2006/007/2015 - Classe 4. Apresentação: Supram TMAP. Esse processo está sendo
retirado de pauta a pedido da SUPRAM, item 9.2. Item 9.3 Renato Gonçalves Ferreira /
Fazenda Macaúbas de Cima - Suinocultura (crescimento e terminação) - Patrocínio/MG -
PA/Nº 08127/2011/002/2014 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. RODRIGO (CREA):
Destaque. RICARDO (PRESIDENTE): Vamos então ao Item **10. Processos
Administrativos para exame da Licença de Operação Corretiva: 10.1 Premium Indústria,
Comércio e Participação Ltda. - Fabricação de cervejas, chopes e maltes - Frutal/MG - PA/Nº
04653/2011/001/2014 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. Item 10.2 Paulo Márcio da
Silva e Outro / Fazenda São Francisco de Borja - Horticultura (floricultura, cultivo de
hortaliças, legumes e especiarias horticulturas) - Perdizes/MG - PA/Nº 11974/2011/002/2014
- Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. Item 10.3 Brasmix Engenharia de Concreto S.A. -******



Usinas de produção de concreto comum - Uberlândia/MG - PA/Nº 00617/2003/002/2014 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. Item 10.4 José Ernesto Cadelca e Outros / Fazenda Estaca - Culturas anuais, excluindo a olericultura - Santa Juliana/MG - PA/Nº 16719/2013/001/2014 - Classe 5. Apresentação: Supram TMAP. Nesse item tem um pedido de destaque da SUPRAM. JOÃO HENRIQUE (FAEMG): Destaque também. RODRIGO (CREA): Destaque. RICARDO (PRESIDENTE): Vamos então, adiante com o Item **11. Processo Administrativo para exame da Licença de Operação - Ampliação:** 11.1 Liderpetro Distribuidora de Petróleo Ltda. - Base de armazenamento e distribuição de lubrificantes, combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível e outros combustíveis automotivos - Uberlândia/MG - PA/Nº 00382/2001/013/2015 - Classe 5. Apresentação: Supram TMAP. Item **12. Processos Administrativos para exame de Revalidação da Licença de Operação:** 12.1 Petrobras Transporte S/A - Transpetro - Base de armazenamento e distribuição de lubrificantes, combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível e outros combustíveis automotivos - Uberaba/MG - PA/Nº 02532/2004/007/2013 - Classe 5. Apresentação: Supram TMAP. CARLOS VALERA (PGJ): Destaque, por favor. RICARDO (PRESIDENTE): Ok. Item 12.2 Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO - Aeroportos - Uberlândia/MG - PA/Nº 01524/2002/002/2013 - Classe 6. Apresentação: Supram TMAP. CARLOS VALERA (PGJ): Destaque. Item 12.3 Britagem São Salvador Ltda. - Lavra a céu aberto sem tratamento ou com tratamento a seco - minerais não metálicos, exceto em áreas cársticas ou rochas ornamentais e de revestimento - Uberlândia/MG - PA/Nº 00344/1991/011/2014 DNPM 831.013/1991 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. Nesse item também há um pedido de destaque da SUPRAM. Item 12.4 Marcos de Carvalho Franco / Fazenda Água Amarela - Suinocultura e bovinocultura de corte (extensivo) - Ituiutaba/MG - PA/Nº 90172/2003/002/2012 - Classe 3. Apresentação: Supram TMAP. Item também com pedido de destaque da SUPRAM. Passamos então ao Item **13. Processo Administrativo para exame de Prorrogação de Prazo de Validade da Licença de Operação:** Item 13.1 Cooperativa dos Produtores Rurais do Prata Ltda. - Resfriamento e distribuição de leite em instalações industriais - Prata/MG - PA/Nº 14869/2012/001/2013 - Classe 4. Apresentação: Supram TMAP. Também com pedido de destaque da SUPRAM. Vamos colocar em votação então, em bloco, os itens que não sofreram destaque. Aos que concordam com o Parecer Único elaborado pela SUPRAM Triângulo, permaneçam como estão. Itens aprovados. Vamos então aos itens que sofreram destaque. Primeiro item, tem o retorno de vista. Vamos ao Retorno de vistas inicialmente. Alguma sugestão para falarmos do retorno de vistas primeiro? Pelos Conselheiros que pediram. Vamos discutir então o processo que retornou de vistas, pelos Conselheiros Márcio Adriano e Antônio Geraldo, é o item 5.1, alguma manifestação sobre a vista que foi requerida? ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Bom, eu acho que todo mundo recebeu o nosso Parecer. A gente esteve no local, eu até vou ler aqui somente a conclusão do nosso Parecer, para que os Conselheiros possam avaliar. Acho que todos já viram o nosso relato. Bom, a conclusão: *“A Solicitação de Licenciamento, fragmentos de um complexo comum em todo resultam na perda da visão do conjunto, da dimensão total dos impactos e das sinergias. Cada intervenção causa impactos e sinergias sobre outras estruturas que foram construídas próximas à intervenção. Um processo de licenciamento necessariamente deve levar e se fazer uma avaliação da viabilidade dos impactos sinérgicos e um estudo de objetos que leva à solicitação do mesmo. No processo em questão não se pode simplesmente definir licenciamento da supressão da vegetação sem um estudo amplo sobre a Barragem. Por esses motivos e pelo exposto nos itens 3 e 3.1 somos pelo indeferimento devido a necessidade de um estudo maior, que garanta segurança da Barragem. Modificações na dinâmica de um Barragem devem ser consideração para além de uma questão burocrática e postergar*



alterações nas estruturas por motivos econômicos e bastante temerários”. RICARDO (PRESIDENTE): Obrigado Antônio Geraldo. Pois não, Márcio. MARCIO BOCHIO (FEDERAMINAS): Sr. Presidente, só para reforçar aí em vista do processo. A questão é simplesmente supressão de área vegetação para mudança de tubulação. Acompanhamos o Parecer técnico da SUPRAM. RICARDO (PRESIDENTE): Pois não, Frei Rodrigo, está aberta a palavra. FREI RODRIGO (AMEDI): Eu acompanhei o Antônio Geraldo, porque eu não tinha vindo na última reunião. Nós fizemos uma visita no local, o que nós vimos é que a razão do pedido da supressão é para passagem de uma tubulação que vai mudar o local de lançamento do rejeito na Barragem, então, está diretamente ligado à dinâmica da Barragem. Nós fizemos uma visita, a Barragem, essa deposição estava sendo feita à jusante; na verdade deveria estar sendo feito um pedido para que esses rejeitos fossem jogados à montante e ela praticamente está seccionada no meio, teve que ser feito um canal porque houve uma sedimentação grande nessa área. Então, em vista de tudo isso e também em vista no aspecto também da supressão se trabalha muito na questão dos dados que foram apresentados, os estudos, eles se baseiam em sua maioria em dados secundários, trabalhos muito amplos em escala regional a gente acha que isso também deveria ter sido feito de uma forma mais específica do local. Por isso, então, a gente está pedindo Indeferimento, na perspectiva de que seja feito esse estudo sobre a dinâmica da Barragem, se essa é a melhor a solução. Gostaria ainda de frisar que estando no local estivemos visitando o Assentamento de Reforma Agrária, são famílias já assentadas há bastante anos, que estão vivendo na agricultura familiar e que estão vivendo uma questão de rebaixamento de lençol na área das cavas, eles estão vivendo problemas com abastecimento de água nas suas propriedades. E isso, para nós, é uma outra questão grave. A água estava sendo levada de caminhão pipa para o assentamento, agora parecem que vão bombear essa água para lá. Mas isso significa que existe uma série de outras questões ligadas e a gente fica muito preocupado, o que a gente tem assistido muito aqui, essa visão fragmentária, quase que se a gente estivesse aqui cumprindo um rito burocrático. Ah, agora nós estamos tratando só de um aspecto, não existe nenhum tipo de ação dentro do empreendimento ou dentro de uma área que impacte somente aquilo que está sendo pedido, ela impacta o todo. E no caso daí, tem relação direta com a Barragem, esse pedido dessa tubulação. THIAGO (FIEMG): Respeitando a observação de nossos colegas, eu vou solicitar então, eu sei que os técnicos do empreendimento estão presentes, para que eles possam trazer para nós se realmente esse estudo não foi feito. No meu entendimento, eu vou corroborar com o Parecer do Márcio. RICARDO (PRESIDENTE): Sim, Thiago, sem dúvidas, a gente tem a inscrição aqui de duas pessoas para fazer uso da palavra. Então, antes da gente ir à frente com o julgamento final desse processo, está inscrito para falar o Sr. Guilherme Abrão. GUILHERME ABRÃO (GEO CONSULTORIA): Bom dia. Sou Guilherme Abrão, trabalho na empresa Geo Consultoria e sou responsável técnico pela segurança dessa Barragem. Eu vou reapresentar o que eu fiz aqui na última reunião, apenas para mostrar que o que estamos querendo é manter a segurança da Barragem, ocupando de uma maneira melhor o reservatório que já está licenciado, diminuindo a quantidade de água acumulada nesse mesmo reservatório e assim diminuindo o risco da Barragem. Se vocês conseguirem ver aqui, hoje, os rejeitos sempre foram lançados nesse reservatório como um todo num ponto mais próximo da Barragem e essa região da Barragem, depois de 12 anos operando ali, se não me engando, ela já está assoreada. Isso a gente já tinha mapeado antigamente e a gente sabia que com o passar do tempo, na parte de trás onde tem 14 milhões de metros cúbicos de água, a gente iria ter que passar uma tubulação para que os rejeitos chegassem aqui. Esses rejeitos tem uma declividade, eles não conseguem chegar aqui, por um ponto único de lançamentos dos rejeitos. Só que para a gente chegar aqui e ocupar essa água, esse volume de água que já está armazenado nesse reservatório, a tubulação passa por um trecho aonde cresceu vegetação,



aonde tem uma vegetação mais alta. Então, o que está se querendo é apenas mudar o ponto de lançamento dos rejeitos, que é uma coisa corriqueira nas Barragens, de forma da gente ter uma utilização otimizada desse reservatório. A Barragem não vai sofrer nenhuma alteração, muito pelo contrário, esses rejeitos vão estar sendo lançados longe da Barragem, ocupando o reservatório que já está licenciado e ao meu entender isso não é uma alteração da dinâmica da Barragem. RICARDO (PRESIDENTE): Ok. Obrigado Guilherme. Está inscrita também para fazer uso da palavra a Sra. Caroline Fávaro. Pois não CAROLINE FÁVARO (VALLE FERTILIZANTES): Em relação aos estudos que foram apresentados para esse processo de licenciamento, a gente está cumprindo toda Legislação, foi feito um estudo de supressão vegetal de um fragmento de área inferior a 10 hectares. Então, a empresa entende que os estudos que são necessários para autorizar essa supressão vegetal foram devidamente realizados. RICARDO (PRESIDENTE): Obrigado pela manifestação. Vamos colocar em votação. Então, se não existe mais nenhuma manifestação do Conselho. Pois não, Frei Rodrigo. FREI RODRIGO (AMEDI): Eu gostaria de insistir. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a suspensão do processo, por enquanto, para a gente resolver uma questão aqui regimental. RICARDO (PRESIDENTE): Só vou pedir para você identificar, para registrar no áudio. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Eu estou pedindo a suspensão para que a gente possa resolver um problema regimental. RICARDO (PRESIDENTE): Você está sugerindo uma suspensão aqui, por enquanto. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): É inversão da pauta, para o final. RICARDO (PRESIDENTE): Tudo bem, não vejo problema. Com as discussões já travadas, então, ao final a gente voltar para discussão desse item específico, o item 5.1. Tenente Patrício quer fazer uso da palavra? Pois não. TENENTE PATRÍCIO (POLÍCIA DE MEIO AMBIENTE): Se não me falha a memória, a primeira vez que esse processo foi trazido aqui para apreciação; eu, pelo menos entendi que era uma obra, de certa forma, emergencial, exatamente para questão de segurança da Barragem. Inclusive, também se não me falha a memória, isso já teria até sido autorizado, essa obra na verdade foi até feita em razão dessa questão da necessidade dessa obra. Só essa observação, à vezes estar rememorando aí os Conselheiros. RICARDO (PRESIDENTE): Ok. Atendendo ali ao pedido do Antônio Geraldo, nós vamos voltar ao final da pauta para votação deste item em específico, já com essas discussões travadas e tal. Vamos então ao item 7.1 Limpebras Resíduos Industriais Ltda, nesse item tem destaque do Ministério Público. CARLOS VALERA (PGJ): Aliás, é até um esclarecimento, Sr. Presidente. Nas folhas 45 do Parecer há uma informação de que há Condicionantes cumpridas fora do prazo e eu não vi no Parecer menção de eventual Auto Administrativo. AMILTON (SUPRAM): Não foi autuado, mas será lavrado Auto de Infração conforme prevê o Decreto 44.844 de 2008 e cópia será remetida à Comarca de Uberlândia. RICARDO (PRESIDENTE): Esclarecido então, vamos botar em votação o Item 7.1, aos que concordam com o Parecer Único da SUPRAM permaneçam como estão. Item aprovado. Na sequência, item 8.1 L.D. Administração Transportes e Resfriamentos de Leite Ltda, tem o destaque da SUPRAM. CARLOS (SUPRAM): A gente quer acrescentar a Condicionante do Monitoramento de Fumaça Preta: *“Promover anualmente, durante a vigência da Licença de Instalação Corretiva, o Auto monitoramento dos veículos próprios e/ou Terceirizados, movidos a óleo diesel, nos Termos da Portaria IBAMA 85/1996”*. RICARDO (PRESIDENTE): Ok. Então, com o acréscimo requerido pela SUPRAM, da Condicionante. THIAGO (FIEMG): Presidente, já está definido o prazo? CARLOS (SUPRAM): Anualmente, durante a vigência da Licença. RICARDO (PRESIDENTE): Ok. Vamos colocar em votação então o item 8.1, com acréscimo requerido da Condicionante da SUPRAM. Aos que concordam com o Parecer permaneçam como estão. Item aprovado. Vamos então ao próximo item com destaque. 9.2 foi retirado de pauta, item 9.3 Renato Gonçalves Ferreira, destaque do CREA, Rodrigo. RODRIGO (CREA): Quanto à



344 equipe SUPRAM, eu gostaria de sugerir a Condicionante 7: “*Apresentar relatório fotográfico*
345 *e descritivo comprovando a construção da nova sede, detalhando a interligação do sistema*
346 *de tratamento de efluentes*”. Seria necessária a apresentação da ART da sede e desse sistema
347 de tratamento? ANA LUIZA (SUPRAM): De acordo com a inclusão. RODRIGO (CREA):
348 Ok. RICARDO (PRESIDENTE): Ok, então, vamos colocar em votação o item 9.3, aos que
349 concordam com o Parecer da SUPRAM permaneçam como estão. Item aprovado. Próximo
350 item com destaque é o item 10.4 José Ernesto Cadelca e Outros, inicialmente um destaque da
351 SUPRAM. ANA CLÁUDIA (SUPRAM): Bom dia, senhores Conselheiros. Eu gostaria de
352 incluir no item 8, mudar a redação onde está escrito “*Não se aplica*”, no item de
353 compensação ambiental, eu gostaria de incluir o seguinte texto: “*A compensação ambiental*
354 *prevista no artigo 36 da Lei 9.985/2000 consiste na obrigação imposta ao empreendedor, nos*
355 *casos de atividades de significativo impacto ambiental, de apoiar a implantação e*
356 *manutenção de Unidades de Conservação da Natureza integrantes do grupo de proteção*
357 *integral. A compensação ambiental possuir caráter nitidamente econômico, a Lei de*
358 *determinar o percentual da compensação de acordo com grau de impacto ambiental, causado*
359 *pelo empreendimento; artigo 36 parágrafo 1º, acaba por inserir a variante ambiental no*
360 *planejamento econômico do empreendimento, potencialmente poluidor. No entanto, a*
361 *cobrança da compensação ambiental fundamenta-se num estudo prévio de impacto ambiental*
362 *e seu respectivo relatório, o EIA/RIMA*”. Só isso. RICARDO (PRESIDENTE): Ok. Obrigado.
363 Temos também o destaque no item, da FAEMG. João Henrique, destaque da FAEMG, no
364 item 10.4. JOÃO HENRIQUE (FAEMG): Eu gostaria de propor a exclusão de três
365 Condicionantes, 05, 06 e 07. Primeiro: *Realizar o monitoramento da mastofauna, na região*
366 *de influência do empreendimento, utilizando câmeras trap, com periodicidade semestral das*
367 *campanhas. Deverá ser adotada a IN IBAMA nº 146/2007 como referência. Apresentar,*
368 *anualmente, relatório técnico fotográfico*”. Nesse caso a gente entende que já houve um
369 EIA/RIMA com estudo profundo dessa mastofauna e a área se encontra num status que não
370 vai ter mais nenhuma supressão e não vai ter mais nenhuma modificação desse ecossistema.
371 Então, a gente entende que esse monitoramento já foi realizado e já está bem amparado no
372 EIA/RIMA, não havendo novas modificações no ambiente que justifica, nesse caso, a
373 inclusão dessa Condicionante. Já na Condicionante número 06 que é: *Apresentar análise de*
374 *solo das áreas cultivadas com cana de açúcar, culturas anuais e horticultura, nas*
375 *profundidades de 0-20 e 20-40 cm. Com alguns Parâmetros minerários aqui, com pH e*
376 *saturação da bases*”. Nesse caso o próprio empreendedor faz essa análise do solo na atividade
377 dele, até para adquirir uma produção devida no uso desse solo e qual é o sentido da SUPRAM
378 pedir essa análise? O que eles vão fazer com essa análise, se o próprio empreendedor na
379 atividade dele já realiza esse tipo de trabalho? Esse questionamento também vale para a
380 Condicionante de número 07. Por isso que eu proponho a exclusão desses 03 itens. ANA
381 CLÁUDIA (SUPRAM): Primeiro, a Condicionante número 05, o monitoramento na
382 mastofauna está inclusive previsto no Programa apresentado pelo empreendedor. Então, quem
383 fez, que foi responsável pelo EIA/RIMA, propôs para que fosse feito esse monitoramento, até
384 para quê? Para garantir, caso haja alguma influência na fauna, que isso seja criado um
385 programa para ter esse controle. Então, já está previsto no programa, a SUPRAM entende que
386 é importante manter esse item. O item 06 e o item 07 é importante na agricultura, embora
387 tenha um agrônomo responsável pelo cultivo e aí como agrônoma eu também entendo que
388 tem que ter essa análise para poder fazer a indicação de adubação, é importante porque a
389 rotação de cultura, as medidas de conservação do solo, vai garantir; se você tem o
390 esgotamento do solo por uma determinada cultura, é importante para a gente acompanhar isso.
391 Está sendo feito, inclusive é uma das Condicionantes aqui é o item 3, está sendo feito de
392 forma adequada? Então, a área que está sendo utilizada com cana, ela fica por mais tempo



essa cultura no campo, então, é importante que seja feita a rotação. Então, vai garantir para a gente isso, embora, para ele dependa desse item, mas para a gente, ambientalmente, é importante garantir que está sendo feito um manejo adequado desse sistema. Então, a SUPRAM entende que as duas Condicionantes são importantes, que sejam mantidas. RICARDO (PRESIDENTE): Obrigado Ana, acho que está bem esclarecido. Pois não. JOÃO HENRIQUE (FAEMG): Eu mantenho a solicitação de exclusão. RICARDO (PRESIDENTE): Antes da gente levar ao julgamento, tem um destaque nesse item do CREA, pois não Rodrigo. RODRIGO (CREA): A Condicionante 10: “Instalar fossas sépticas nas casas que não possuem este sistema, no caso de ocupação”, é condicionar a ART também. ANA CLÁUDIA (SUPRAM): Concordo, em acrescentar. RODRIGO (CREA): Ok. Obrigado. RICARDO (PRESIDENTE): Pois não. NÃO IDENTIFICADO: A SUPRAM não deveria vir com a recomendação? Porque se não todo processo que passar tem que ficar pedindo. Não tem uma regra para isso? ANA CLÁUDIA (SUPRAM): Sr. Conselheiro, abaixo do quadro de Condicionantes existe uma observação que está previsto isso. Ela diz o seguinte: *“Eventuais pedidos de alteração nos prazos de cumprimento das condicionantes estabelecidas nos anexos deste parecer poderão ser resolvidos junto à própria Supram, mediante análise técnica e jurídica, desde que não altere o seu mérito/conteúdo”*. Desculpa, foi outro item. Só um momento, senhores. Desculpa Sr. Conselheiro. Não consta nesse Parecer, foi uma falha, porque nos outros Pareceres consta essa observação já. *“Ressalta-se que as Condicionantes devem ser protocoladas no prazo fixado junto ao órgão ambiental. Todos os projetos, programas técnicos devem ser com ART do profissional habilitado responsável”*. Inclusive, nós como gestores vamos pedir que acrescente, que passou o nosso Parecer sem essa observação. Estão sendo padrão. NÃO IDENTIFICADO: Só para agilizar o procedimento. RICARDO (PRESIDENTE): Ok. Obrigado Ana. Vamos colocar em votação inicialmente o Parecer da SUPRAM, com a inclusão da compensação requerida e na sequência a gente vai colocar em votação o pedido da FAEMG, pela exclusão das Condicionantes 05, 06 e 07. Vamos colocar em votação o Parecer Único da SUPRAM, aos que concordam permaneçam como estão. Item aprovado. Vamos colocar em votação as exclusões de Condicionantes sugeridas pelo representante da FAEMG. As exclusões dos Itens de Condicionantes 05, 06 e 07, aos que concordam com a posição da FAEMG, de exclusão, por favor, se manifeste. NÃO IDENTIFICADO: Sr. Presidente, não dava para colocar em duas aí? A primeira, e a 06 e 07 que são mais ou menos iguais. Teria que ser as três Condicionantes em bloco ou poderia ser a primeira, e a segunda e terceira. RICARDO (PRESIDENTE): Vamos votar separado então. De repente tem Conselheiros que concordam com uma e discordam da outra, da exclusão. Então, em votação da exclusão da Condicionante 05, os que concordam com a exclusão, permaneçam como estão. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Eu vou me abster desse voto. CARLOS VALERA (PGJ): Não concordo com a exclusão. Até porque é uma proposta do próprio empreendedor. NÃO IDENTIFICADO: A primeira aí a gente não concorda com a exclusão. FREI RODRIGO (AMEDI): Não concordo. RICARDO (PRESIDENTE): Tenente, só para deixar claro, quem não concorda, por favor, se manifeste, como fez o doutor Carlos. SIDNEY (SEDRO): Não concordo. ALEXANDER (CEFET): Não concordo. GUILHERME (DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO): Não concordo. DORA DRUMMOND (PN3): Não concordo. JOSÉ LEANDRO (PREFEITURA DE UBERLÂNDIA): Não concordo. RODRIGO (CREA): Não concordo. IBAMA UBERLÂNDIA: Não concordo com a exclusão. FERNANDO RUAS (ABES): Não concordo. TENENTE PATRÍCIO (POLÍCIA DE MEIO AMBIENTE): Não concordo com a exclusão. THIAGO (FIEMG): Abstenção, por entender que realmente o empreendedor solicitou, mas ele tem uma via administrativa para poder sentar com a equipe técnica e comprovar o que o nosso Conselheiro da FAEMG nos informou que tem uma possibilidade exclusão. MARCIO BOCHIO (FEDERAMINAS): Abstenção,



pelas mesmas razões e argumentos da FIEMG. JOSÉ ROBERTO (SEAPA): Abstenção. RICARDO (PRESIDENTE): Bom, então, registrando as abstenções pedidas, a Condicionante está mantida. A sua retirada foi Indeferida pelo Conselho. Vamos então à votação da Condicionante número 06. Os que concordam com a retirada, vamos alterar a situação, acho que vai facilitar a nossa votação. Os que concordam com a retirada conforme sugestão da FAEMG, por favor, se manifestem. CARLOS VALERA (PGJ): Não concordo com a retirada. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Vou me abster do voto. FREI RODRIGO (AMEDI): Não concordo. RICARDO (PRESIDENTE): Bom, gente só para deixar claro, quem não concorda pode permanecer como está, fica mais fácil. Exato. Os que concordam com a retirada. JOÃO HENRIQUE (FAEMG): Pela exclusão. THIAGO (FIEMG): Abstenção, por entender também que o empreendedor tem uma via administrativa para poder sentar com os técnicos e comprovar tecnicamente a Condicionante. MARCIO BOCHIO (FEDERAMINAS): Pelas mesmas razões do item anterior. Abstenção. RICARDO (PRESIDENTE): Então, com as abstenções registradas, a Condicionante número 06 está mantida. Vamos então à votação da Condicionante número 07. Fazendo da mesma forma, os que concordam com a retirada da Condicionante, por favor, se manifestem. JOÃO HENRIQUE (FAEMG): Pela retirada. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Abstenção. THIAGO (FIEMG): Abstenção também, pelas razões já explanadas. MARCIO BOCHIO (FEDERAMINAS): Abstenção, também pelos mesmos motivos. RICARDO (PRESIDENTE): Com as abstenções registradas, as Condicionantes 05, 06 e 07 estão mantidas para o item 10.4. Vamos então ao próximo destaque. Item 12.1 Petrobras Transporte S.A., nesse item tem o destaque da PGJ. CARLOS VALERA (PGJ): Sr. Presidente e demais Conselheiros, eu observo que é um empreendimento Classe 5 e que não obstante se tratar de uma Renovação de Licença nunca foi submetida à uma compensação da Lei do SNUC. Então, eu queria propor a inclusão da Condicionante da Lei do SNUC, com a redação padrão da SUPRAM TMAP. RICARDO (PRESIDENTE): Vamos botar em votação, inicialmente o Parecer da SUPRAM e na sequencia o pedido de inclusão feito pelo Dr. Carlos. Aos que concordam com o Parecer da SUPRAM permaneçam como estão. Item aprovado. Vamos colocar em votação então a Condicionante sugerida pelo Dr. Carlos, que é: *“Protocolar perante a Gerência de Compensação Ambiental do IEF (Instituto Estadual de Florestas), no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da licença, processo de Compensação Ambiental, conforme procedimentos estipulados pela Portaria IEF número 55 (cinquenta e cinco) de 23 (vinte e três) de abril de 2012 (dois mil e doze)”*. Vamos colocar em votação então a inclusão da compensação sugerida. Os que concordam com a inclusão permaneçam como estão, os contrários à inclusão, por favor, se manifestem. THIAGO (FIEMG): Voto contra, por entender que não há o indicativo do significativo impacto ambiental. FERNANDO RUAS (ABES): Eu voto contra e se for o caso de não ser aprovado, igual nós estamos discutindo aqui é um processo de revalidação, poderia ter aumentado o prazo para 90 dias, para caso o empreendedor tenha tempo de recorrer e trazer a documentação aqui na SUPRAM. JOÃO HENRIQUE (FAEMG): Pela ausência de mensuração de impacto também. MARCIO BOCHIO (FEDERAMINAS): Acompanho o voto do Conselheiro Thiago da FIEMG. DORA DRUMMOND (PN3): Também acompanho o voto do Thiago. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Abstenção. GUILHERME (DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO): Contra. JOSÉ LEANDRO (PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA): Abstenho. NÃO IDENTIFICADO: Pela ausência de mensuração do impacto. RICARDO (PRESIDENTE): Pela inclusão. Guilherme, desculpa eu não entendi. GUILHERME (DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO): Contra a inclusão. RICARDO (PRESIDENTE): Contra a inclusão. JOSÉ ROBERTO (SEAPA): Abstenção. ALEXANDER (CEFET): Abstenção. RICARDO (PRESIDENTE): Só um minuto, nós estamos computando os votos aqui. Os votos contra que eu tinha aqui são 06.



Bom, então, pela contagem aqui a gente chega à conclusão pela inclusão da Condicionante do SNUC sugerida pelo Dr. Carlos. Ok. Está aprovada a inclusão da compensação. Sim, Dr. Carlos. A sugestão do Conselheiro no aumento do prazo para 90 dias, o Conselho quer tratar sobre isso. CARLOS VALERA (PGJ): Acho que essa discussão já foi travada aqui e acho que o Jurídico falou que esse prazo está previsto na Normativa, não é isso? De 30 dias. Então, vamos respeitar o prazo da Normativa, porque não cabe a nós ampliar o prazo que já uma proposta pela SEMAD. FERNANDO RUAS (ABES): Ocorreu uma moção aqui e nessa moção solicitada, nos casos de revalidação como é o caso aqui, foi nos dada a liberdade de, se for o caso e houver a concordância, passar para 90 dias. Porque aí o empreendedor tem mais condições de buscar nos seus arquivos se já foi feita uma compensação ou não. Então, é uma revalidação, o processo, o primeiro é de 2004 e essa compensação deveria ter sido colocada lá, então, simplesmente para o empreendedor poder buscar a documentação. CARLOS VALERA (PGJ): A Dra Daiane está me alertando aqui que já houve uma manifestação da SEMAD, é isso e ficou a cargo do Conselho fixar. Então, diante dessa nova informação eu concordo com o prazo de 90 dias, sem problema nenhum. TENENTE PATRÍCIO (POLÍCIA MILITAR): Só para efeito de trazer algumas informações, eu acho extremamente relevante a gente de fato alongar esse prazo. Eu estive fazendo uma fiscalização em um empreendimento aqui de Uberlândia, que teve esse problema também. Então, para eles levantarem o ativo e trazerem essas informações para a SUPRAM é bastante demorado. FERNANDO RUAS (ABES): É só essa a minha observação. RICARDO (PRESIDENTE): Pois não, vamos colocar em votação o prazo de 90 dias? Sim. Então, tem a aquiescência de todo o Conselho então vai ser mantido de 90 dias para apresentação. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Presidente, eu gostaria de abster também desse voto. RICARDO (PRESIDENTE): Com abstenção do Antônio Geraldo, o prazo para apresentação da exigência de compensação ambiental será de 90 dias. Vamos em frente, item 12.3 Britagem São Salvador Ltda. 12.2 tem um destaque também; destaque da PGJ. CARLOS VALERA (PGJ): A exemplo do empreendimento anterior, é um empreendimento Classe 6 e aqui, com todo respeito, se alguém me disser que o Aeroporto de Uberlândia não é um caso de significativo impacto eu vou ficar curioso. É para propor igualmente a Condicionante da Lei do SNUC, porque eu chequei com a equipe técnica, o empreendimento nunca se submeteu à Condicionante da Lei do SNUC. Então, fazer a proposta da Condicionante da Lei do SNUC, com a redação padrão da SUPRAM TMAP. RICARDO (PRESIDENTE): Quer se manifestar Antônio? ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Sim, abstenção. Ah, não está colocando em votação? RICARDO (PRESIDENTE): Não, ainda não. Vamos colocar em votação, inicialmente, o Parecer Único da SUPRAM, depois a gente vai colocar em votação a Lei do SNUC e já para deixar padronizado, Dr. Carlos, com o prazo de 90 dias. Ok? Então, vamos colocar em votação, aos que concordam com o Parecer Único da SUPRAM, do Item 12.2, permaneçam como estão. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Abstenção. RICARDO (PRESIDENTE): Registrada a abstenção do Antônio Geraldo, item aprovado. Na sequência agora então, a inclusão da Condicionante proposta pelo Dr. Carlos, com o prazo de 90 dias. Os que concordam com a inclusão, por favor, permaneçam como estão. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Abstenção. THIAGO (FIEMG): Dr. Carlos Valera, respeitosamente, mas para manter a coerência, por entender que não existe o Estudo, eu vou votar contra. MARCIO BOCHIO (FEDERAMINAS): Também (..) ao Dr. Carlos, eu vou acompanhar o voto do Conselheiro Thiago. JOÃO HENRIQUE (FAEMG): Também pela ausência do Estudo. GUILHERME (DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO): Também contra a inclusão. JOSÉ ROBERTO (SEAPA): Abstenção. DORA DRUMMOND (PN3): Também para manter a coerência, voto pela exclusão. RICARDO (PRESIDENTE): Registrando então, as abstenções e o votos contra, a inclusão da Condicionante proposta pelo Dr. Carlos está Deferida. Item 12.3



540 Britagem São Salvador Ltda, nesse item temos o destaque da SUPRAM. NAYARA
541 (SUPRAM): Eu gostaria de incluir um Condicionante: Apresentar o Auto de Vistoria do
542 Corpo de Bombeiros, o AVCB, que contemple toda área útil do empreendimento. No prazo
543 de 60 dias. FERNANDO RUAS (ABES): Eu gostaria de um esclarecimento. O AVCB é
544 exigido para este tipo de atividade, não era somente para Postos de Combustíveis e atividades
545 relacionadas com Combustível? NAYARA (SUPRAM): Realmente não existe a
546 obrigatoriedade, mas por se tratar de um empreendimento que na sua área lida com explosivos
547 e tem paióis, então, nós achamos que seria interessante que o empreendedor apresentasse. Na
548 verdade, o empreendedor já tem o AVCB, está num processo de renovação. Então, nós
549 pedimos que fosse apresentado como Condicionante. FERNANDO RUAS (ABES): Perfeito.
550 Esse prazo, porque às vezes no Corpo de Bombeiros, esse prazo não é muito pequeno? Porque
551 às vezes você coloca uma questão de prazo de um órgão externo, pode ser que tenha algum
552 problema. NAYARA (SUPRAM): Certo. Por se tratar de uma situação de renovação do Auto,
553 nós entendemos que o prazo é cabível, mas para compatibilizar com os prazos que o Corpo de
554 Bombeiros possa indicar, nós indicamos que o empreendedor faça a revisão desse prazo que
555 vai ser estabelecido aqui agora, se ele perceber que ele não vai cumprir esse prazo.
556 FERNANDO RUAS (ABES): Ele já pode pedir esse prazo aqui agora caso ele esteja
557 presente? CARLOS VALERA (PGJ): Exatamente isso, talvez o empreendedor possa se
558 manifesta e ele esclarece essa questão para nós. BENTO (BRITAGEM SÃO SALVADOR):
559 Bom dia, eu acredito que 90 dias seria um prazo interessante e se houvesse algum tipo de
560 problema pelo órgão externo, no caso o Corpo de Bombeiros, a gente apresentaria algum
561 requerimento pedindo uma dilatação maior e se a SUPRAM aprovar a gente estaria dentro
562 desse novo prazo, mas acredito que 90 dias está num prazo bem viável. FERNANDO RUAS
563 (ABES): Ok. FRANCO (SUPRAM): É até bom esclarecer uma situação em relação ao
564 AVCB, a SUPRAM, e isso eu percebo cotidianamente, a gente não pode ficar recebendo toda
565 pressão do Corpo de Bombeiros também, ou seja, é muito comum o empreendedor chegar e
566 dizer, eu estou sem o meu AVCB, estende o meu prazo, não sei o que. Tem que haver essa
567 pressão lá no Corpo de Bombeiros também. Aprendi com Dr. Carlos que a gente não pode
568 ficar comprando uma responsabilidade que não é nossa. Então, se o Corpo de Bombeiros está
569 demorando com o AVCB que o empreendedor também pressiona o Corpo de Bombeiros e
570 não só a SUPRAM. Parece que é uma responsabilidade da SUPRAM ter que estender prazo e
571 não é bem por aí. Tem que pressionar o Corpo de Bombeiros também. FERNANDO RUAS
572 (ABES): Desculpa, nesse caso, mas se colocou a Condicionante automaticamente ela vai fazer
573 parte do Parecer, então, não tem como tirar uma coisa da outra. JOSÉ ROBERTO
574 (SUPRAM): A respeito do Corpo de Bombeiros, conforme Conselho e foi até discutido aqui
575 amplamente com o Ministério Público, o Conselheiro Dr. Carlos Valera. Fernando, na Lei,
576 Posto de Combustível pede. O que a gente ficou de votar, o processo era votado e nós
577 mandaríamos um Ofício ao Corpo de Bombeiros, no caso nós a SUPRAM, que o
578 entendimento foi votado e o Corpo de Bombeiros teria que fazer a vistoria no
579 empreendimento. Isso que foi discutido na época que a SUPRAM estava mandando o Ofício
580 informando ao Corpo de Bombeiros que o empreendimento estava sendo votado e estava com
581 Licença e deveria fazer a vistoria lá. Aí não é um prazo, no caso, quando nós fomos lá o
582 Corpo de Bombeiros falou que em 15 dias fazia, só que esse prazo não conseguiu cumprir
583 não. Eles também tem o mesmo problema da SUPRAM, corpo técnico reduzido, então não
584 conseguem cumprir o prazo. Agora, esse prazo de 90 dias, se o empreendedor concorda aí eu
585 acho que não fica a cargo da SUPRAM. Se o empreendedor concordou com o prazo a partir
586 desse momento eu vejo que a equipe tem que manter a Condicionante. BENTO (BRITAGEM
587 SÃO SALVADOR): Bom, eu acredito o seguinte, a partir do momento que a empresa
588 concorda com os 90 dias; que a SUPRAM concorda com os 90 dias, que a gente dê entrada



nesse pedido no Corpo de Bombeiros, qualquer alteração que haja por parte do Corpo de Bombeiros vai ser notificada à SUPRAM. Então, eu acredito que o Corpo de Bombeiros nesse caso teria, por obrigação, fornecer tanto à empresa para que a empresa municie o órgão do que está acontecendo. Dizer olha, nós estamos com o corpo de pessoal reduzido, nós não temos condições de cumprir esse prazo. Mas, eu acredito que 90 dias é um prazo bastante viável, bastante razoável, que será, por parte do empreendimento será cumprido dentro desses 90 dias. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Dr. Carlos, deixando claro o que o Dr. Franco acabou de falar, o Superintendente da SUPRAM. Nós não somos responsáveis pelo projeto de incêndio da Britagem São Salvador. Quem vai analisar isso é o Corpo de Bombeiros, então, quem tem que cobrar é o empreendedor e vencendo os 90 dias nós não vamos pegar e assumir a responsabilidade em cima de projetos. Se acontecer alguma coisa em plano de incêndio não é a SUPRAM que vai pegar e analisar projeto de incêndio. Então, deixar bem claro que não vai ficar prorrogando um AVCB aqui e a SUPRAM e/ou o Conselho assumindo um risco se acontecer alguma coisa, a responsabilidade é de quem? É do Corpo de Bombeiros ou de quem pediu? RICARDO (PRESIDENTE): Sim, José Roberto. Obrigado pelos esclarecimentos. Vamos colocar em votação então o item 12.3 com a Condicionante sugerida pela SUPRAM. NAYARA (SUPRAM): Após as deliberações, a equipe entende que esse prazo de 90 dias é cabível, ficando aqui o registro que o empreendedor peça uma revisão ou uma alteração desse prazo se ele perceber que os prazos daqui não foram compatibilizados com os prazos do Corpo de Bombeiros. A gente gostaria de sugerir que essa Condicionante fosse votada em separado do Parecer. RICARDO (PRESIDENTE): Vamos seguir então com a sugestão, um pedido da SUPRAM. Vamos votar inicialmente o Parecer Único do item 12.3, aos que concordam com o Parecer da SUPRAM, por favor, permaneçam como estão. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Abstenção. Eu quero lembrar que essa questão, falou essa questão dos funcionários a pouco aqui, isso é outro problema também, que o Estado não está disponibilizando para que atenda a Sociedade a tempo. Então, isso é mais um protesto meu, como representante da Sociedade Civil. RICARDO (PRESIDENTE): Com a abstenção registrada, o item encontra-se aprovado, Parecer Único da SUPRAM. Vamos colocar em votação a inclusão da Condicionante sugerida que é a apresentação do AVCB no prazo de 90 dias, os que concordam com a inclusão da Condicionante, por favor, permaneçam como estão. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Abstenção. RICARDO (PRESIDENTE): Com abstenção do Sr. Antônio Geraldo registrada, a inclusão da Condicionante está Deferida. Na sequência, item 12.4 Marcos de Carvalho Franco, nós temos um destaque nesse item da SUPRAM. É Daiane que vai se manifestar. DAIANE (SUPRAM): É apenas uma correção no item 9 do Parecer, onde lê-se o prazo de 06 anos que seria no terceiro parágrafo, trata-se de prazo de 08 anos. Na Conclusão também ficou o prazo da validade da licença de 06 anos e o correto é 08 anos. E também o prazo no Anexo I e no Anexo II também são 08 anos. RICARDO (PRESIDENTE): Com a correção feita pela SUPRAM, com relação aos prazos vamos botar em votação, os que concordam com o Parecer Único da SUPRAM permaneçam como estão. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Abstenção. RICARDO (PRESIDENTE): Com a abstenção registrada, item aprovado. Item 13.1 Cooperativa dos Produtores Rurais do Prata Ltda, destaque da SUPRAM. VANESSA (SUPRAM): Na verdade, são duas correções. A primeira, na própria pauta que trata-se de um Processo de Prorrogação de Validade de Licença de Instalação e não de Operação. E o segundo item é na página 05 quando fala sobre o tratamento terciário pra reuso, ele não vai mais utilizar o cloro em função da possibilidade da tiragem de organoclorados. Ele propôs então para nós, em conversa com o empreendedor, a utilização de ultravioleta. Somente essas duas. RICARDO (PRESIDENTE): Feitas as correções pela SUPRAM, vamos colocar em votação o item 13.1, os que concordam com o Parecer Único da SUPRAM permaneçam como estão. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO):



638 Abstenção. RICARDO (PRESIDENTE): Com a abstenção registrada, item aprovado. Vamos
639 voltar então à questão do julgamento do item 5.1. GERVÂNIO (FETAEMG): Sr. Presidente,
640 já vai passar para um já? Só uma informação aqui. A SUPRAM, o que o empreendedor
641 mostrou naquele mapa, a canalização da base da represa para a parte mais anterior, que ele
642 apresentou, procede aquilo? O que o companheiro aqui chegou a comentar, eu não sei se eu
643 entendi, foi isso? Parece que já foi feito isso lá ou foi feito só uma intervenção para dar
644 sustentação para a base da represa? TENENTE PATRÍCIO (POLÍCIA DE MEIO
645 AMBIENTE): Na verdade eu não sei o que foi feito. Eu me lembro vagamente que surgiu
646 essa informação aqui na última reunião, que essa intervenção já teria sido feita, uma vez que
647 havia de fato uma necessidade emergencial. Agora para falar o que de fato foi feito eu não sei
648 dizer. GERVÂNIO (FETAEMG): SUPRAM, só para adiantar, aquele procedimento lá que o
649 empreendedor apresentou ai, esse mapa. ANA LUISA (SUPRAM): O que o empreendedor
650 está solicitando é alteração no ponto de lançamento onde que é lançado lama atualmente para
651 outro ponto. O que ele mostrou é realmente o que vai acontecer, é o que está descrito no
652 Parecer também. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): A equipe mantém o Parecer. Agora, não
653 entendi a dúvida do senhor, porque é um projeto, que tem uma ART do Engenheiro Civil
654 Geotecnista, que fez, tem todos os Estudos anteriores, isso já fez parte de outros processos
655 que a FEAM até olhou. Quem olha estabilidade é a FEAM, é o órgão. Agora essa questão que
656 é desmembramento isso ai eu não vou entrar nessa questão, estou olhando o processo. Essa
657 questão do processo que ele falou que é emergencial é o que? Quer tirar a água mais longe da
658 Barragem para evitar um risco futuro, que ocorra algum problema no futuro. Então, por isso
659 que ele está deixando mais distante da Barragem, pelo que eu até entendi, que o Engenheiro
660 Civil Geotecnista, responsável pela Auditoria das Barragens externas independentes falou até
661 aqui para o Conselho. ANA LUISA (SUPRAM): Com relação à sua dúvida sobre a
662 intervenção emergencial, atualmente já foi realizado cerca de 10% do que foi solicitado. FREI
663 RODRIGO (AMEDI): Quando da visita nós vimos que de fato uma parte já havia sido
664 suprimida. Só lembrar que o pedido é de supressão, não é para mudar nada. Supressão por
665 causa de. JOSÉ ROBERTO (SUPRAM): Justo. O pedido é um adendo com supressão com
666 um objetivo, com uma finalidade. Então, a finalidade é fazer algo. Então, a SUPRAM no caso
667 está analisando a supressão para fazer algo. É o PUP (Plano de Utilização Pretendida), você
668 faz quando você tem uma Fazenda e você vai fazer a supressão de alguma árvore isolada no
669 caso, para você plantar uma cultura, senão não tem por quê você fazer uma supressão. Nesse
670 caso ai está fazendo uma supressão para fazer um projeto realmente de colocar uma tubulação
671 para que seja colocado o rejeito mais distante da Barragem, emergencial. Isso é o que foi
672 explicado pelo Engenheiro Civil Geotecnista Guilherme Abrão. FREI RODRIGO (AMEDI):
673 Gostaria também de comunicar que a outra Barragem, aquela maior, que margeia a estrada,
674 está sendo feito um serviço de Engenharia lá também, eu não me lembro da gente ter
675 discutido isso aqui não. RICARDO (PRESIDENTE): Bom, acho que as discussões já foram
676 travadas, os esclarecimentos que tinham que ser feitos já foram postos, vamos então, à
677 votação do item. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Sr. Presidente, só um momento.
678 Como todos notaram, eu absteve dos votos e eu fui comunicado agora a pouquinho pela
679 SUPRAM, que a minha Entidade está renunciando ao COPAM e por isso eu estou aqui
680 justificando. Foi protocolado ontem, eu não sabia, eu fui tomar conhecimento através da
681 SUPRAM, dessa questão. Então, por isso, todas as abstenções dos processos que passaram
682 por aqui. Me estranha muito essa questão de não ter sido avisado pela Entidade. FREI
683 RODRIGO (AMEDI): Eu gostaria de me solidarizar com o Conselheiro Antônio Geraldo, que
684 tem feito um trabalho não só aqui no COPAM como também na COPA e no Conselho de
685 Bacias do Araguari, um trabalho muito grande, mas que vem já há algum tempo sofrendo
686 pressão. Isso nos faz pensar um pouquinho nas ONG's que são financiadas por empresas e



quando, de repente, é necessário tomar algumas decisões que vão contra essas empresas, então, a represália vem. Então, nós vamos dar todo apoio e certamente ele vai voltar a sentar aqui nessa mesa de outra forma. CARLOS VALERA (PGJ): A exemplo do Conselheiro Rodrigo, Geraldo, eu também queria hipotecar a minha solidariedade. Extremamente deselegante o que fizeram com você. Você sentar nessa cadeira e receber a informação da SUPRAM e não da Entidade que você está vinculado. Não vou, obviamente, tecer comentários sobre os motivos porque não posso, porque não conheço os fatos, mas queria registrar essa indelicadeza que você sofreu e me solidarizar. E dizer que o que você precisar do Ministério Público nós estamos à disposição. GERVÂNIO (FETAEMG): Geraldo, a forma que fizeram com você é o mérito da questão, eu estou do seu lado, realmente é muito indelicada essa forma de ter feito isso aí. TENENTE PATRÍCIO (POLÍCIA DE MEIO AMBIENTE): Geraldo, inclusive, eu até tinha adiantado aqui com o Thiago esse posicionamento. Eu faço minhas as palavras do Dr. Carlos Valera, do Gervânio, a respeito da forma que foi feito isso, que você foi informado dessa situação. Lamentável. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Eu só quero agradecer aos companheiros aqui, mas independente da gente ser Conselheiro ou não, aqui nesse COPAM, como já fiz em outras vezes também, quando a gente ver a necessidade a gente vai acompanhar de perto aqui. Eu sei que vai ter muitos companheiros aqui que vão estar nos apoiando com relação a isso. É lamentável, isso aconteceu aqui também, de eu ter recebido, protocolado ontem. Então, a Entidade teria que ter me falado, olha, nós estamos renunciando, nós não queremos. Não quero nem saber os motivos, mas pensa lá o que pode ter sido. Obrigado. SIDNEY (SEDRU): Só um comentário. O que faz esse Conselho ter a força que tem é a diversidade que ele tem, então, a gente, independente das opiniões que são contrárias aqui muitas vezes, a gente precisa de ter essa diversidade para que a gente possa ter realmente a representatividade que precisa. Então, é triste a maneira como o fato ocorreu. Então, independente de posições, Antônio Geraldo, também gostaria de passar a minha solidariedade para você. A gente já se conhece de outros locais também, conheço a competência do trabalho do Antônio Geraldo e eu sinto pela maneira como a coisa aconteceu. Acho que mudanças podem acontecer, isso não é problemático, mas eu acho que a gente precisa dessa diversidade. Aqui, independente do setor que a gente representa, todos no final querem uma coisa só. A gente precisa das opiniões diversas, eu acho que o respeito nesse caso faltou. DORA DRUMMOND (PN3): Também quero deixar a minha solidariedade, achei lamentável a forma como ocorreu. Nós somos colegas no Comitê de Bacias, presto aqui a minha solidariedade, gostaria de deixar registrada. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Bom, isso talvez esteja incomodando muitas pessoas. RICARDO (PRESIDENTE): Bom, diante das considerações feitas, eu gostaria de deixar também a minha solidariedade, pessoal. Antônio Geraldo, eu tenho certeza que o Conselho vai perder com a sua ausência. Pois não, Franco. FRANCO (SUPRAM): Eu acho que a gente tem que aprender a conviver com divergências, eu acho as divergências fundamentais para o aprimoramento. Então, eu tenho dito com frequência isso, o quanto eu acho importante a presença das ONG's, no Conselho, no Debate cotidianos, na nossa equipe, comigo mesmo, é assim que a gente faz o jogo democrático e é assim que a gente se aprimora, até porque ninguém é dono da verdade. E de repente se existe acidentes a exemplo como o de Mariana, talvez pela falta de debate e aprimoramento. Eu também acho até desrespeitoso a forma como isso se deu. Eu não estava aqui ontem, estava presidindo a URC de Unaí com o nosso amigo Ricardo, e eu tomei conhecimento disso agora de manhã. Então, é um desrespeito até com a própria SUPRAM, porque a gente é pego de surpresa numa situação. Ninguém informou o porque, ninguém justificou a razão. Então, eu quero também deixar registrada a solidariedade da SUPRAM Triângulo quanto a isso. Eu acho que democracia, eu falei mais cedo com a Bete aqui, os nossos servidores estavam se manifestando, eu estava dizendo, não vivenciei graças a



Deus essa época, era moleque, pequeno, criança nessa época, mas já pensou se tivesse o regime militar, tinha entrado aqui descendo o porrete em todo mundo. Então, eu primo pela democracia, pela transparência, quero efetivamente registrar a nossa solidariedade a você Antônio Geraldo, que é um companheiro, sempre troca ideia com a gente, conversa com a gente e sempre através da diversidade que a gente consegue crescer. Muito obrigado. RICARDO (PRESIDENTE): Obrigado Franco pela manifestação. Eu queria deixar claro que o Parecer apresentado pelo Antônio Geraldo é válido, quando foi pedido para ele o senhor ainda era componente do Conselho. Então, registrado o Parecer do Antônio Geraldo, vamos à votação do item 5.1, os que concordam com o Parecer Único da SUPRAM permaneçam como estão. GERVÂNIO (FETAEMG): Se abstém. FREI RODRIGO (AMEDI): Contrário. ANTÔNIO GERALDO (CERVIVO): Abstenção. RICARDO (PRESIDENTE): Então, com as abstenções e com o voto contrário do Frei Rodrigo, o item encontra-se aprovado. **14. Encerramento:** Muito obrigado então, com isso a gente encerra a nossa reunião. Parece que nós temos um pedido aqui de Manifestação. Dr. Ricardo, Uberaba. RICARDO (UBERABA): Queria deixar a nossa solidariedade ao Antônio Geraldo, tanto pela Secretaria de Meio Ambiente de Uberaba, a ANAMA (Associação Nacional dos Municípios de Meio Ambiente), e do Conselho Nacional do Meio Ambiente, porque isso é o tipo de procedimento que não se aplica aqui num Conselho Democrático. É necessário ética e como disse o nosso Superintendente, transparência nas ações no nosso cotidiano. Só assim, a nossa sociedade pode evoluir, pode melhorar. RICARDO (PRESIDENTE): Obrigado mais uma vez Ricardo, com isso a gente encerra. Bom dia a todos. Muito obrigado. Nada mais havendo a tratar, eu, Rogério Garcia Caetano, lavrei a presente Ata que segue assinada pelo Presidente. Uberlândia, 19 de fevereiro de 2016.

RICARDO RODRIGUES DE CARVALHO (presidente suplente)